

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 1999

Dispõe sobre o pagamento na rede bancária, de fichas de compensação, de bloquetes de cobrança, de tributos, de serviços e de tarifas públicas, por meio de cheque, e dá outras providências.

Autor: Deputado PEDRO FERNANDES

Relator: Deputado PAES LANDIM

I - RELATÓRIO

O Projeto em epígrafe pretende proibir os bancos públicos e privados de recusarem-se a receber cheque de emissor devidamente identificado destinado ao pagamento, em dia, de impostos, multas, taxas e tarifas públicas, mensalidades escolares, bem como quaisquer cobranças efetuadas via compensação bancária, independentemente de o sujeito passivo da obrigação tributária, o sacado ou o portador do título serem clientes do banco que recebe o pagamento em cheque.

O Projeto estabelece que os bancos poderão celebrar convênios com as entidades do setor público e privado a fim de definirem sua remuneração pelos serviços de cobrança prestados, entretanto tais custos não poderão ser imputados ao devedor do título. Tais convênios devem ainda

determinar que conste, no campo “sacado” do título, o nome de quem tenha celebrado o contrato com o cedente, sendo permitido constar, adicionalmente, o nome do consumidor menor, relativa ou absolutamente incapaz, tutelado ou curatelado.

De acordo com a proposição em pauta, a quitação do título só ocorrerá após a compensação do cheque. Em caso de devolução do cheque, o banco restituirá o título ao cedente ou credor da obrigação, acompanhado do respectivo cheque devolvido.

Adicionalmente, a proposição sujeita os infratores às sanções previstas no art. 44 da Lei nº 4.595/64 e no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Na justificação da proposta, o nobre Autor esclarece que a iniciativa não pretende alterar a natureza jurídica do cheque, mas proporcionar comodidade ao cidadão, mediante a facilitação dos pagamentos na rede bancária.

Esclarece que os bancos estariam obrigados a aceitar cheques para pagamento de títulos, no entanto a quitação dos títulos ocorreria somente após a compensação. Assim, os bancos estariam totalmente isentos de qualquer responsabilidade pelo recebimento de cheques irregulares ou sem fundos.

Menciona ainda o Autor abusos cometidos por instituições financeiras contra pessoas que delas dependem para realizar pagamento de títulos, bem como a alegação dessas instituições de que receber cheques para pagamento de títulos eleva os custos da operação.

Dentro do prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

Consideramos extremamente oportuna e meritória a proposição sob análise. Não é de hoje que os consumidores são humilhados e submetidos a transtornos porque os bancos não aceitam cheques para o pagamento de contas.

Não nos parece razoável que as instituições financeiras forneçam talões de cheque a seus cliente e depois se recusem a receber esses mesmos cheques para pagamento de títulos. Tal comportamento desmoraliza por completo a instituição do cheque, bem como desmoraliza o sistema financeiro nacional, que se baseia, em última análise, na credibilidade dos papéis que circulam no mercado, entre eles o cheque.

Não nos resta dúvida de que o presente projeto de lei beneficia o consumidor. A aceitação de cheques pelos bancos tornará o pagamento de títulos mais cômodo e seguro, pois o consumidor não será mais obrigado a passar em outro banco para retirar o dinheiro com antecedência, nem tampouco a transitar com o mesmo, expondo-se à violência dos roubos e assaltos tão comuns em nossas cidades.

No que tange à alegação das instituições financeiras a respeito do aumento de custos devido ao recebimento dos cheques, lembramos que o projeto prevê a possibilidade de realização de acordos que os remunerem pelos serviços prestados.

Em nossa opinião, tais custos seriam bastante inferiores aos benefícios trazidos à população por essa nova sistemática. Além do que, não podemos deixar de mencionar que o setor bancário tem sido, durante os últimos anos, o mais lucrativo do Brasil e, portanto, poderia suportar com tranquilidade uma pequena elevação nos seus custos, em benefício de uma larga parcela da população brasileira.

Pelas razões acima, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 79, de 1999.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado **PAES LANDIM**
Relator